

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA CIDADE DE PALMAS

Alexandre Luiz Schlemper; Maria de Lourdes Bernartt

Especialista em Operações e Logística, docente do curso de Administração do IFPR – Campus Palmas e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR – Campus Pato Branco; Doutora em Educação, docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR – Campus Pato Branco

Resumo - Este artigo tem por finalidade trazer as primeiras aproximações da pesquisa com seu objeto, portanto, se limita a apresentar de forma breve o processo de “ifetização” no Brasil e no Paraná, especificamente na cidade de Palmas, região Sudoeste do Estado, e na seqüência, também uma caracterização preliminar do arranjo produtivo local e o papel do Instituto Federal do Paraná em relação a este.

Palavras-Chave: Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento, Ensino Técnico, IFPR

Abstract- This article aims to bring the first contact with the object of research, therefore, has the purpose of presenting, with a brief overview, the process of “ifetização” in Brazil and in Paraná State, specifically in the city of Palmas, located in the Southwest of Paraná. It also discusses a preliminary characterization of the local arrangement production and the role of the Federal Institute of Paraná in this process.

KeyWord:Local Arrangements Production, Development, Technical Education, IFPR.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma proposta de pesquisa referente a instalação do Campus do Instituto Federal do Paraná na cidade de Palmas e seus primeiros impactos na comunidade local. Procura-se primeiramente apresentar um breve relato da formação histórico-cultural da região, bem como sua trajetória em termos de consolidação das atividades econômicas. Posteriormente é realizado um relato sucinto da história do ensino técnico e profissional no Brasil e no Paraná até os dias atuais, passando por suas diversas etapas, até culminar na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seguida, contextualiza-se a instalação do campus do Instituto Federal do Paraná na cidade de Palmas e sua repercussão inicial na comunidade. Adiante, apresenta-se uma breve discussão teórica sobre os Arranjos Produtivos Locais, para a seguir, apresentar uma possível identificação destes Arranjos Produtivos na cidade de Palmas. Por fim, aponta-se nas leis do Estatuto de Instituição do IFPR, sua propensão ao atendimento aos Arranjos Produtivos Locais,

enquanto sua oferta de formação.

2. A FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DE PALMAS – UM BREVE PANORAMA

A micro-região de Palmas tem uma história muito importante dentro do contexto paranaense e brasileiro. Desde o tratado de Tordesilhas essas terras já eram objeto de disputa entre Portugueses e Espanhóis. Mais tarde, os Campos de Palmas serviram de cenário a importantes marcos da formação política e histórica do Brasil, como a marcha da Coluna Prestes e a Guerra do Contestado.

Todos esses episódios contribuíram para o início da estruturação econômica e cultural da região, no entanto, segundo Krüger (2002), os personagens que tiveram a maior participação no processo de estabelecimento das primeiras atividades econômicas fixas foram os Tropeiros, que ao contrário dos exploradores Bandeirantes e das expedições Jesuítas, que apenas se utilizavam de atividades extrativistas, passaram a fomentar a

fixação das primeiras casas de comércio e o início de atividades agropecuárias, que serviriam a aqueles, como suporte a suas passagens pela região.

A partir de então, Palmas e região passavam a configurar oficialmente no mapa econômico e produtivo do Paraná. Desse período em diante até os dias atuais algumas atividades econômicas ganharam destaque, como a pecuária, a fruticultura e principalmente a indústria madeireira. Essa última, por sua vez, ganha papel fundamental na formação demográfica, principalmente na cidade de Palmas, enquanto principal indústria empregadora.

Tal atribuição à estrutura demográfica se dá por meio da indústria madeireira, uma vez que essa, altamente dependente do mercado de exportação, fica vulnerável a oscilações econômicas internacionais e a variações cambiais, tendo constantes momentos de “altas e baixas”, o que resulta em tempos de intensas contratações e, subsequentemente, demissões massivas. As pessoas, demitidas em momentos de “baixa” da indústria, na maioria das vezes, oriundas de outras regiões, acabam permanecendo na cidade, avolumando as áreas de pobreza, o que se comprova pelo atual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Palmas que é de 0,737, que a coloca atualmente na 2.254ª colocação no país, o que é bastante preocupante quando se compara a, por exemplo, Pato Branco, município pertencente a micro-região vizinha e que ocupa 40ª posição nesse mesmo ranking com índice de 0,849. (PNUD 2009)

3. O PROCESSO DE “FETIZAÇÃO”

O ensino técnico-profissional no Brasil tem uma longa história, atrelada ao próprio desenvolvimento político e econômico do país. No período imperial, a grande função do ensino profissional foi de proporcionar alguma atividade a uma parcela da população marginalizada que começava a se formar. Nas palavras de Bernartt,

“No Brasil colônia, a divisão do trabalho no interior das classes dominantes refletiu-se na estrutura da educação escolar: educação para o trabalho para uns, educação para não-trabalho para outros, legitimando os privilégios da classe” (BERNARTT, 1999, p.69).

Em 1889 com a proclamação da República, a classe burguesa definitivamente assumia o papel de condução política do país, e embora ainda atrelada a um sistema agro-exportador já vislumbrava o surgimento de uma nova sociedade urbana e industrial com novas demandas para o ensino técnico. Isto se reflete na reforma de João Luiz Alves em 1925, que promoveu uma separação entre o ensino regular e o ensino profissional, que passou

a ter regulamentação a parte.

A crise econômica de 1930 consolidou a transição do modelo agro-exportador para uma nova perspectiva de conjuntura econômica industrial. Este fato traz consigo a necessidade de formação de mão-de-obra especializada para suprir este novo conjunto de empresas e indústrias que chegam ao país. Neste ponto, fica bastante evidente as formações separadas, de ensino regular, que encaminharia ao ensino superior e o ensino técnico, formando para o mercado de trabalho. Surgem aí os sistemas SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) para darem suporte de capacitação técnica independente da escola regular. Esta dissociação de ensino, bem como a retirada da formação propedêutica do ensino técnico é altamente criticada pela classe de educadores, como aponta Martins:

“Por isso, torna-se importante dissociar o ensino médio do profissional, já que, se efetivado, poderá não só otimizar os recursos, mas também aproximar o ensino profissional do mercado propriamente dito, treinando os trabalhadores segundo as técnicas momentâneas do sistema produtivo em vigência.” (MARTINS, 2000, p.69).

Em 1971 é aprovada a lei que impõe a obrigatoriedade do ensino profissional anexo ao ensino médio, dentro de uma conjuntura econômica que projetava um período de grande crescimento, onde haveria uma proporcional demanda por formação de mão-de-obra. O SENAI neste ponto passa a assumir um novo papel de oferta de cursos de aprendizagem e qualificação específicos as indústrias, e as Escolas Técnicas Federais passam a formar profissionais de nível gerencial com funções de planejamento e supervisão de produção. Em 1996, sob a justificativa de defasagem do sistema educacional perante uma nova realidade mundial tecnológica e científica, extinguiu-se a obrigatoriedade do ensino profissionalizante agregado ao nível médio regular. A Rede Federal de Educação Profissional passa agora a oferecer, ensino médio regular, cursos técnicos básicos de qualificação, cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia.

Em 2007 inicia-se um processo importante de reformulação da política relativa a Rede Federal de Educação Profissional. Através do Decreto 6.095/2007, criam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com objetivo de integração e gestão articulada das instituições federais de educação profissional. Em dezembro de 2007 o processo segue com a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007 do Ministério da Educação, oportunizando as instituições da rede federal de educação profissional, converterem-se em Institutos Federais.

Dentre as instituições que aderiram a migração, estava a Escola Técnica Federal do Paraná, que funcionava integrada a Universidade Federal do Paraná e que a partir deste momento, desmembrase da Universidade e constituiu-se Instituto Federal do Paraná – IFPR. A partir daí o IFPR com sede em Curitiba expande sua atuação para o interior do estado, criando entre outros o campus de Palmas.

4. A INSTALAÇÃO DO IFPR EM PALMAS

Em Palmas, com o objetivo de se conseguir uma unidade do Instituto Federal e com a inexistência de alguma unidade de ensino da rede federal que pude-se atender a chamada pública, as forças políticas regionais trabalharam no sentido de conseguirem a federalização da UNICS – Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, instituição de ensino superior privada, o que efetivamente veio a se concretizar no dia 17 de março de 2010. O UNICS foi umas das instituições precursoras do ensino superior no sudoeste do Paraná surgida do ano de 1968 e desde então, enquanto instituição de ensino superior de capital privado, vinha oferecendo seus cursos respondendo a uma demanda mercadológica, ou seja, as tendências do mercado de profissões, e encerra suas atividades em 2010 com dezesseis cursos superiores, sendo: Nove bacharelados, Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação, Engenharia Civil, Engenharia Agrônoma, Direito, Enfermagem, Farmácia e Educação Física. Sete licenciaturas, Pedagogia, Química, Biologia, Matemática, Letras, Artes e Educação Física, e um curso de Tecnologia em Agrofloresta. Esta transição formalizada pela portaria nº 728/2010 do Ministério da Educação publicada no DOU nº 112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos do antigo UNICS, pelo IFPR – Instituto Federal do Paraná.

Com o compromisso de manutenção dos cursos e garantindo a formação dos atuais alunos o IFPR – Campus Palmas realiza em maio de 2010 os primeiros concursos e em 16 de agosto iniciam as aulas. Hoje, passado um ano de funcionamento, o campus vive um momento político extremamente turbulento, principalmente no que diz respeito as expectativas da comunidade. A grande questão em pauta, diz respeito a manutenção dos cursos existentes, os IF's por lei devem obedecer um percentual de oferta de vagas de 50% para cursos de nível técnico, 20% para cursos de licenciatura e 30% para cursos de bacharelado e pós-graduação. A interpretação que a comunidade tem feito desta lei, é de fechamento dos cursos superiores que dariam lugar então aos cursos técnicos. Este fato vem ao longo deste ano de funcionamento do campus, gerando mobilizações da sociedade civil organizada como a Associação Comercial e

Industrial, o escritório local da OAB, sindicatos setoriais e demais entidades de classe representativas de cada área, defendendo a permanência do seu curso relativo. Toda esta movimentação local culminou na semana do dia 21 de março de 2011, por ocasião da eleição de reitor geral do IFPR e a presença dos candidatos a reitor na cidade de Palmas, de uma grande manifestação pública de acadêmicos e da sociedade, no sentido de cobrar posicionamento dos candidatos em relação a manutenção dos cursos superiores do antigo UNICS.

E é neste cenário, onde encontramos de um lado, uma instituição que deve obedecer uma lei de oferta de cursos, e do outro as expectativas da comunidade, ou dos segmentos setoriais defendendo seus interesses, que posicionamos o problema de pesquisa como sendo: Quais demandas dos arranjos produtivos locais por formação técnica e tecnológica, ofertada pelo IFPR, que poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural de Palmas e região?

Entendemos que neste momento é extremamente pertinente uma pesquisa científica que possa orientar e balizar a oferta de cursos desta instituição, até por que, o posicionamento que ocorre hoje por parte da comunidade, representada politicamente por entidades de classe específicas, pode não estar representando a grande parcela mais pobre da população sem voz ativa neste processo e com certeza a mais necessitada em relação a esta política pública.

5. OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A economia mundial tem entrado nestas últimas décadas em um processo de globalização de seus mercados, onde uma queda gradativa de barreiras protecionistas dos países tem permitido uma circulação transnacional de mercadorias cada vez maior. Associado a este cenário, percebe-se a formação de grandes empresas multinacionais, seja por investimento interno ou grandes fusões, sempre com objetivo de atingir os mercados a nível mundial. Se observarmos isoladamente este movimento, poderíamos presumir que seria uma questão de tempo para o desaparecimento das pequenas empresas. No entanto, as pequenas e médias empresas, paralelamente a este processo, também vem desenvolvendo estratégias para competir neste mercado com as grandes. E uma das alternativas que vem funcionando, é o de trabalho em redes, o que Porter (1996) chamaria na América de "Clusters", Becattini (1994) na Europa de "Distritos Industriais" e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES no Brasil chama de Arranjos Produtivos Locais.

Para conceituação, optamos pela definição de Becattini (1994), por trazer uma visão além da conjuntura econômica:

O distrito é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece em outros tipos de meios, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar e uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas (BECATTINI, 1994, p. 20)

Percebe-se assim, que muito mais do que uma aglomeração setorial de empresas, o Arranjo Produtivo Local, tem papel fundamental no relacionamento recíproco com a comunidade local.

A competitividade destas redes no mercado global se dá por alguns fatores apontados por Becattini (1994): Primeiramente, a possibilidade de redistribuição interna dos recursos humanos. Becattini (1994) apud Marshall cita um fenômeno chamado "atmosfera industrial", onde a capacitação dos profissionais, seja em escolas técnicas ou mesmo nas empresas, lhes proporcionam um conhecimento geral e holístico sobre os processos daquele segmento industrial, permitindo-lhes encaixe com maior facilidade em qualquer empresa daquela rede. E isto também é benéfico para as empresas que tem a sua disposição, profissionais qualificados e especializados a um custo de treinamento muito menor. Um segundo fator de competitividade, seria a incorporação de novas tecnologias. Em empresas tradicionais, este processo é na maioria das vezes bastante difícil, uma vez que partindo de decisões centralizadas da administração e posteriormente impostas, os funcionários, alheios ao processo, tendem a rejeitar e dificultar sua implementação. Já nos Arranjos Produtivos Locais, estas decisões são normalmente mais democráticas, com participação efetiva inclusive de instituições da comunidade, como sindicatos, por exemplo, o que legitima a decisão e facilita sua aceitação e incorporação. Além disso, segundo Becattini (1994), é comum que os trabalhadores daquele segmento industrial, sintam-se orgulhosos por poderem operar tecnologias de ponta. E o terceiro aspecto de competitividade apontado por Becattini (1994), seria o acesso facilitado ao crédito, na figura do banco local. O relacionamento facilitado pela rede local, permitiria ao banqueiro, conhecimento maior sobre o empresário e sua empresa e conseqüentemente uma avaliação mais fácil e precisa da potencialidade e do risco na concessão do crédito.

Todos estes fatores de diferenciação e vantagens dos Arranjos Produtivos Locais sobre as empresas tradicionais deveriam então, proporcionar as pequenas e médias empresas e sua rede, competitividade, não apenas local, mais a nível global. Como o próprio Becattini aponta firmemente:

A origem e o desenvolvimento do distrito industrial não resultam pois unicamente da convergência

localizada (e alias facial de realizar) de certos traços sócio-culturais próprios de determinada comunidade (sistema de valores, comportamentos e instituições), de características históricas e naturais particulares de uma zona geográfica (orografia, vias de comunicação e centros de troca, modo de urbanização, etc.) e de especificidades técnicas inerentes a determinado processo produtivo (processos decomponíveis, series limitadas, etc) são igualmente fruto de um processo de interação dinâmica (circulo virtuoso) entre a divisão e a integração do trabalho praticadas no distrito, a procura permanente de novos mercados para a sua produção e a constituição de uma rede de sólidas relações com os mercados externos. (BECATTINI, 1994, p. 25)

Este entendimento também é compartilhado pelo pensamento de Boisier (2002), onde todo o esforço de centralização das potencialidades locais deverá acontecer no sentido de resposta às realidades e necessidades globais. O autor ratifica ainda, a questão do desenvolvimento endógeno, afirmando que:

Todo processo de desarrollo endógeno se vincula al desarrollo local de una manera asimétrica: El desarrollo local es siempre un desarrollo endógeno, pero este puede encontrarse em escalas supra locales, como la escala regional por ejemplo (BOISIER, 2002, p. 14)

Desta forma, constatamos que a organização das redes na forma de Arranjos Produtivos Locais, usufrui de uma sinergia entre o segmento empresarial e a comunidade, proporcionando benefícios a ambas, e mantendo-a competitiva no mercado global.

6. OS POSSÍVEIS ARRANJOS PRODUTIVOS DE PALMAS

Apresenta-se a seguir uma projeção das possibilidades hipotéticas de Arranjos Produtivos Locais da cidade de Palmas, a partir de uma análise preliminar do relatório 2011 do IPARDES, sobre dados das atividades econômica do município

Tabela 01 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESS OAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.657
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	102
Indústria de transformação	2.974
Construção	851
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	1.808
Alojamento e alimentação	268
Transporte, armazenagem e comunicação	743
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	440
Administração pública, defesa e seguridade social	380
Educação	981
Saúde e serviços sociais	257
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	359
Serviços domésticos	1.247
Atividades mal definidas	137
TOTAL	12.204

Fonte: Relatório IPARDES-Palmas 2011

Tabela 02 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	3	43
Indústria metalúrgica	11	295
Indústria mecânica	3	7
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	1	4
Indústria da madeira e do mobiliário	35	934
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	6	207
Indústria química, prod. farmac., veterin., perf., sabões, v. elas e mat. plást	6	37
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	4	10
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	14	288
Serviços industriais de utilidade pública	1	1
Construção civil	35	242
Comércio varejista	304	1.260
Comércio atacadista	20	190
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	10	70
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profiss., aux. ativ. econ	40	963
Transporte e comunicações	43	205
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	88	355
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	34	117
Ensino	16	401
Administração pública direta e indireta	7	1.073
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	226	1.480
TOTAL	907	8.182

Fonte: Relatório IPARDES-Palmas 2011

A tabela 01 nos traz uma informação importante, mostrando um setor econômico, a indústria de transformação, concentrando 24,36% das pessoas empregadas no município, de uma população total de 43.409 pessoas (IPARDES-Palmas 2011). Resta saber se este setor industrial é fragmentado e diversificado, ou realmente configura uma aglomeração setorial específica. Neste sentido, apresenta-se a tabela 02 a seguir, discriminando as atividades econômicas por área:

Aqui nos chama a atenção a indústria da madeira e do mobiliário, com 35 estabelecimentos industriais, proporcionando conjuntamente 934 empregos. Embora não seja numericamente o setor mais representativo, nem em número de estabelecimentos, nem em emprego gerado, é suplantado apenas por serviços de comércio, serviços públicos ou atividade extrativa, que basicamente estão relacionados à manutenção das atividades econômicas do município e não mantém uma conexão com o mercado para fora deste.

Isto nos leva a prospectar que, pelos dados primários expostos, o setor que mais se aproxima da conceituação de Arranjo Produtivo Local apresentada, seria a indústria da madeira. Contudo, que esta é uma suposição hipotética preliminar, pois esta baseada apenas em dados econômicos, e como vimos acima, na definição de Becattini (1994), o Arranjo Produtivo Local, não é caracterizado apenas pela presença de uma aglomeração industrial em determinado território, mas também pelos aspectos sociais de sua relação com a

comunidade local. Desta forma, a pesquisa que se pretende realizar, procurará investigar com maior profundidade a caracterização do Arranjo Produtivo da cidade de Palmas, baseada em critérios além dos econômicos.

7. RELAÇÃO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A opção na escolha da temática da pesquisa, em desenvolver uma correlação entre a instalação do Instituto Federal do Paraná na cidade de Palmas e os Arranjos Produtivos locais, não é mera coincidência. Esta política pública possui um direcionamento bastante enfático quanto a estratégia de desenvolvimento local e regional. Percebe-se claramente esta intencionalidade no próprio estatuto de instituição do IFPR, como um de seus princípios norteadores, no capítulo II, artigo 3º, inciso III a "eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos físicos locais, sociais e culturais". Essa condição é reafirmada no artigo 4º, quando explicita as finalidades da Instituição

II - desenvolver a educação profissional e tecnologia como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas as demandas sociais e peculiaridades regionais. [...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (IFPR, 2008, p. 3)

Vê-se, desse modo, a preocupação com a oferta de um processo educativo que contribua com o desenvolvimento regional como um dos objetivos principais do IFPR. Outra justificativa para uma avaliação mais criteriosa dos aspectos locais ao se prospectar iniciativas de desenvolvimento regional, são encontradas nas palavras de Martinelli e Joyal (2004, p. 11):

O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno está no fato de que o modelo de desenvolvimento possa ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais pelo planejamento centralizado. O modelo pode ser definido como um desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do próprio local em vez de um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo pelo poder central do estado.

Essas afirmações fortalecem o entendimento de que o estudo das condições locais como meio de detectar as potencialidades, vocações e

necessidades é pertinente como meio de canalizar os esforços e investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento local e regional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de formação econômica e cultural de Palmas, conduziu esta região a uma estruturação social bastante adversa, com graves problemas de distribuição de renda e grande volume de pobreza. A chegada de um Campus do IFPR em Palmas, representando a oferta de ensino público, traz uma nova possibilidade à região, acenando com a perspectiva de desenvolvimento e mudança do atual cenário econômico e principalmente social.

A conceituação de Arranjo Produtivo Local trazida por Becattini (1994), apresenta uma alternativa de competitividade para pequenas e médias empresas frente à uma mercado globalizado, através da estratégia de redes setoriais e sua simbiose com a comunidade local. A partir desta conceituação, elaborou-se uma avaliação preliminar dos possíveis arranjos produtivos da cidade de Palmas, tendo como base o relatório de atividades econômicas do IPARDES, o que apontou para um hipotético arranjo produtivo do setor madeireiro e de móveis.

Outra definição importante proporcionada pelo trabalho, é a confirmação da ligação entre a política pública do Instituto Federal do Paraná e os Arranjos Produtivos Locais, explicitada no seu Estatuto de instituição enquanto princípios norteadores e finalidades. Fica bastante evidente que esta Instituição de Ensino, tem entre seus principais objetivos, a interação com a comunidade local, proporcionando respostas aos Arranjos Produtivos Locais.

A pesquisa que se pretende realizar, contemplará então, a caracterização detalhada dos Arranjos Produtivos Locais em Palmas, partindo de informações econômicas e complementada por pesquisa de campo, confirmando ou não, a hipótese aqui levantada de arranjo produtivo.

A partir deste panorama, podemos concluir que a pesquisa das demandas por formação, ofertadas pelo Instituto Federal do Paraná no Campus Palmas

é pertinente e importante, tanto para o Instituto, enquanto cumprimento de seus objetivos e finalidades, quanto para a comunidade, que poderá contar com uma oferta de cursos condizente com suas necessidades, tendo como objetivo principal desta aproximação o desenvolvimento, não só a nível econômico, mas também social e cultural, transformando a atual realidade da cidade e região.

REFERÊNCIAS

- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). *As Regiões Ganhadoras- Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Celta editores: 1994
- BERNARTT, Maria de Lourdes. *Educação e Trabalho na História do Ensino Técnico Brasileiro: Contribuições do CEFET-PR*. Campinas, 1999.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (org.) *Desenvolvimento Local – Regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BRASIL. Decreto n.º 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acessado em 17 de maio de 2011.
- _____. Chamada Pública 02/2007. Chamada para a adesão das Instituições que compõem a Rede federal de Educação tecnológica aos IFs. Disponível em: http://www.ifma.edu.br/codo/Arquivos/Proj%20fetzacao/chamada_publica_ifets3.pdf. Acessado em 17 de maio de 2011.
- IPARDES. Caderno Estatístico: Município de Palmas – 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84670>. Acessado em 17 de maio de 2011.
- KRÜGER, Nivaldo. *Palmas: Paisagem e Memória*. Palmas: Costabile Romano, 2002.
- IFPR – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná. *Estatuto de Instituição*. Brasília, 2008.
- MARTINELLI, Dante Pinheiro. JOYAL André. *Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas*. Barueri: Manoele, 2004.
- PORTER, M. *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2009). Acessado em 2 de outubro de 2010.